



Polícia Nacional de Angola
Direcção de Segurança Pública e Operações
DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PRIVADA

REQUERIMENTO	AUTORIZAÇÃO/ACTUALIZAÇÃO DE UNIFORME/ LOGOTIPO e PASSE.
---------------------	--

PARECER	DESPACHO

Licença n.º: Data de Entrada

Preencha o formulário com a atenção devida, leia e
 responda a todos os dados solicitados.

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA					
Designação					
Endereço da Sede Social					
Provincia:		Município:		Distrito:	
Bairro			Referência		
Edifício:		Apto:		Porta:	
Telefone:			Email:		

Anexa o Mockup (PDF)
1- Um Mockup descritiva e do desenho, talhe dos modelos e peças de homem e mulher, com indicação das cores e amostras dos tecidos utilizados e condições de utilização e calçado; 2- Um Mockup descritiva e do desenho, talhe dos modelos de Viatura e motorizadas, incluindo capacete e coletes; 3- Registo de marca/símbolo emitido pelo instituto nacional de propriedade industrial (Pós Aprovação) 4- Comprovativo de Licença de Publicidade em viaturas e motorizadas (Pós Aprovação)

Informação adicional

Em conformidade com a Lei de protecção de dados, as informações recolhidas no presente requerimento e documentos anexos são objecto de tratamento automatizado na PLAGESP (Plataforma de Gestão de Segurança Privada). é assegurado aos interessados o direito à informação e acesso aos respetivos dados, assim como à correção de inexatidões que se verifiquem.

Os dados inscritos no presente requerimento deverão ser corretamente inseridos e a respectiva documentação ser entregue na sua totalidade, nos termos e prazos sob pena de comprometer a instrução do processo e ser rejeitado, nos termos do nº 4 do artigo 8º do DP. 225/17 de 27 de Setembro.

Intenção

Vem requerer nos termos do artigo 58º do Decreto Presidencial 225/17 de 27 de Setembro, a **aprovação do Modelo de Uniforme, Logotipo e Passe.**

Declaração

Declaro que fui informado que as actividades proibidas, dever de colaboração e sigilos a que está vinculada a actividade privada de segurança, nos termos dos Artigos 6º, 23 e 24 da Lei 10/14 de 31 de Julho e demais e que a falta de verdade nas declarações e documentos agora prestados, incorre em responsabilidade criminal, nos termos da legislação penal

o signatário